

## RESOLUÇÕES

### RESOLUÇÃO Nº 834, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

*Altera dispositivos do Regimento Interno introduzindo nova espécie de emenda: a aglutinativa.*

(Projeto de Resolução nº 50, de 2003)

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea “j” do inciso II do artigo 14 da XI Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Os artigos 172 e 175 da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

I) - “Artigo 172 - As emendas são aditivas, supressivas, modificativas, substitutivas ou aglutinativas.

§ 1.º - Emenda aditiva é a que faz acréscimo à proposição principal.

§ 2.º - Emenda supressiva é a que erradica parte da proposição principal.

§ 3.º - Emenda modificativa é a que altera em parte a proposição principal sem a modificar substancialmente.

§ 4.º - Emenda substitutiva, ou substitutivo, é a apresentada como sucedânea da proposição principal no seu todo.

§ 5.º - Emenda aglutinativa é a que resulta da fusão de outras emendas ou subemendas, ou destas com o texto, por transação tendente à aproximação dos respectivos objetos.” (NR)

II) - “Artigo 175 - As proposições poderão receber emendas nas seguintes oportunidades:

I - quando estiverem em Pauta;

II - ao iniciar a discussão, devendo, neste caso, ter o apoio de um quinto, pelo menos, dos membros da Assembléia e ser comunicadas ao Plenário;

III - quando em exame nas Comissões, pelos respectivos Relatores ou pela maioria de seus membros, desde que não versem matéria estranha à da proposição;

IV - encerrada a discussão e antes de iniciada a votação da proposição, a aglutinativa, caso em que deverá ser subscrita por dois terços dos membros da Assembléia ou por Líderes que representem esse número. Neste caso, o parlamentar individualmente ou os Líderes poderão subcrever somente uma emenda.

§ 1º - Recebida a emenda aglutinativa, o Presidente adiará a votação da matéria, por um dia, para fazer publicar e distribuir em avulsos o texto resultante da fusão, exceto se todos os Líderes presentes na sessão concordarem em imediatamente dar conhecimento ao Plenário do inteiro teor da emenda e submetê-la à votação.

§ 2º - O Governador e os Tribunais poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa enquanto a matéria estiver na dependência do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.” (NR)

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 25 de novembro de 2003.

a) SIDNEY BERALDO - Presidente

a) EMÍDIO DE SOUZA - 1º Secretário

a) JOSÉ CALDINI CRESPO - 2º Secretário

## ATOS

### ATO nº 82, de 2003

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 90, § 3º da XI Consolidação do Regimento Interno, nomeia o Deputado José Caldini Crespo, 2º Secretário para, por delegação, representar este Poder no II Encontro Nacional “Fraternidade: raiz de paz e liberdade”, promovido pelo Movimento Político pela Unidade, em Brasília, no dia 28 de novembro de 2003.

Assembléia Legislativa, em 24 de novembro de 2.003.

a) Sidney Beraldo - Presidente

## ORDEM DO DIA

### 26 DE NOVEMBRO DE 2003 150ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação - Projeto de lei nº 0675, de 2003, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10ª Região Administrativa do Estado. Com 19 emendas e 2 substitutivos. Parecer nº 1181, de 2003, do Congresso das Comissões de Justiça, de Agricultura e de Finanças, favorável ao projeto, à emenda de nº 12, às de nºs 6 e 18, com subemendas e contrário às demais emendas e aos substitutivos. Com 17 emendas e 01 substitutivo apresentados nos termos do inciso II do artigo 175 da XI Consolidação do Regimento Interno. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2 - Discussão e votação adiada - Projeto de Lei nº 0892, de 1999, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Altera dispositivos da Lei nº 119, de 1973, que autorizou a constituição de uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp. Com emenda. Pareceres nºs 315, 316 e 317, de 2001, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça, de Obras Públicas e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda. Com emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 da XI Consolidação do Regimento Interno. Parecer nº 323, de 2003, do Congresso das Comissões de Justiça, de Obras Públicas e de Finanças, favorável.

3 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 0676, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 29 emendas. Parecer nº 153, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de nºs 4 a 29, e contrário às demais. Pareceres nºs 154 e 155, de 2001, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Meio Ambiente e de Finanças, favoráveis ao projeto, às emendas de nºs 8, 20, 21, 22, 25 e 29, e contrários às demais. Com 29 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 da XI Consolidação do Regimento Interno. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

4 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 1041, de 2003, de autoria do Sr. Governador. Mantém a alíquota de 18% (dezoito por cento) do ICMS, nas operações internas, até 31 de dezembro de 2004. Pareceres nºs 1726 e 1727, de 2003, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis. Com emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 da XI Consolidação do Regimento Interno. Pareceres nºs 1795 e 1796, de 2003, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Finanças, favoráveis. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 14, de 2000, (Autógrafo nº 25227), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. Parecer nº 126, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 30 e contrário ao projeto quanto às demais partes vetadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 18, de 2000, (Autógrafo nº 25491), vetado parcialmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Altera a Lei nº 683, de 1992, que dispõe sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 57, de 2000, (Autógrafo nº 25163), vetado totalmente, de autoria do deputado Rafael Silva. Isenta, a pessoa portadora de deficiência, do pagamento da tarifa cobrada em função dos serviços públicos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 2, de 2001, (Autógrafo nº 25158), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Mori. Cria a Microrregião Oeste, com sede em Osasco. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0023, de 2001, (Autógrafo nº 25135 ), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Altera dispositivos da Lei Complementar 444, de 1985, que dispõem sobre o Conselho de Escola. Parecer nº 14, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0040, de 2002, de autoria do Sr. Governador. Cria a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares, na Procuradoria Geral do Estado. Com emenda. Pareceres nº 1411 e 1412, de 2002, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Administração Pública, favoráveis ao projeto e contrários à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

11 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0003, de 2003, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 853, de 1998, que dispõe sobre a criação da Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM. Parecer nº 295, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1107, de 1991, (Autógrafo nº 25454), vetado totalmente, de autoria do deputado Antonio Salim Curiai. Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de copos descartáveis nos balcões de bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres. Parecer nº 1478, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 210, de 1995, (Autógrafo nº 25094), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado em propiciar, aos detentos arrimos de família, atividade laborativa remunerada. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 483, de 1995, (Autógrafo nº 24584), vetado totalmente, de autoria do deputado Dimas Ramalho. Assegura o direito de reduzir pela metade a carga horária semanal a servidores públicos com filhos portadores de deficiência. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 648, de 1995, (Autógrafo nº 25503), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a adequação de prédios públicos e transportes ferroviários ao trânsito e à locomoção de deficientes físicos. Parecer nº 76, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 203, de 1996, (Autógrafo nº 24587), vetado totalmente, de autoria do deputado Junji Abe. Altera a Lei nº 1.817, de 1978, que dispõe sobre Zoneamento Industrial. Parecer nº 448, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 397, de 1996, (Autógrafo nº 25046), vetado totalmente, de autoria do deputado Afanasio Jazadjji. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais para a criação e instalação da Procuradoria de Defesa do Consumidor em todos os Municípios. Parecer nº 1476, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 205, de 1997, (Autógrafo nº 25448), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, nas embalagens dos medicamentos, impresso alertando o consumidor da presença, em sua composição, de corantes, estabilizantes e preservantes químicos ou biológicos. Parecer nº 1483, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 276, de 1997, (Autógrafo nº 24510), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo comunicar, às autoridades que especifica, a requisição de força policial para reintegração de posse. Parecer nº 258, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 370, de 1997, (Autógrafo nº 24896), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Determina a responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária por todos os presos do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 475, de 1997, (Autógrafo nº 25146 ), vetado totalmente, de autoria do deputado Wagner Lino. Dispõe sobre a implantação de iluminação especial nas proximidades de escolas públicas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 477, de 1997, (Autógrafo nº 25624), vetado totalmente, de autoria do deputado Wagner Lino. Dispõe sobre a criação de assessoria permanente para serviço de apoio especializado na área de Educação Especial. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 635, de 1997, (Autógrafo nº 24923), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilberto Nascimento. Dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Atendimento às emergências e traumas no Estado de São Paulo. Parecer nº 321, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 143, de 1998, (Autógrafo nº 24367), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Institui o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 220, de 1998, (Autógrafo nº 24362), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre a criação do “Passe Pedágio”. Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 222, de 1998, (Autógrafo nº 25449), vetado parcialmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Proíbe o corte de energia elétrica, água e gás canalizado por falta de pagamento, sem prévia comunicação ao usuário. Parecer nº 1508, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 293, de 1998, (Autógrafo nº 25063), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Proíbe a exigência de experiência anterior dos jovens que se candidatarem ao ingresso no serviço público estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 323, de 1998, (Autógrafo nº 24907), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria do Carmo Piunti. Autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante doação, ao Município de Itu, área de 157.259,39 m². do Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes, localizado na SP-79, Bairro Pirapitingui. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 55, de 1999, (Autógrafo nº 25445), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilberto Nascimento. Proíbe a comercialização, criação, reprodução e importação de cães da raça “Pit Bull” no Estado. Parecer nº 1482, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 129, de 1999, (Autógrafo nº 24925), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Regulamenta o artigo 57 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, que assegura os direitos dos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932. Parecer nº 252, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 148, de 1999, (Autógrafo nº 24847), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Transforma em estância climática o Município de Pinhalzinho. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 254, de 1999, (Autógrafo nº 25097), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Altera a Lei nº 9849, de 1967, que constituiu a Fundação “Padre Anchieta” Centro Paulista de Rádio e TV Educativa. Parecer nº 1723, de 2001, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 332, de 1999, (Autógrafo nº 25505), vetado totalmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dispõe sobre a concessão de subvenção a pessoas ou famílias de baixa renda, que sejam responsáveis por idosos carentes de cuidados especiais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 392, de 1999, (Autógrafo nº 24581), vetado totalmente, de autoria do deputado Salvador Khuriyeh. Estabelece obrigatoriedade de Licença de Operação e Funcionamento aos postos de serviços e abastecimentos de veículos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

37 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 397, de 1999, (Autógrafo nº 24560), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Institui o Programa Estadual de Uso Múltiplo das Águas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

38 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 404, de 1999, (Autógrafo nº 24892), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Dispõe sobre o número máximo de alunos por sala nos estabelecimentos de ensino público. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

39 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 421, de 1999, (Autógrafo nº 24463), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Altera a Lei nº 1319, de 1977, que autoriza a Fazenda do Estado a ceder, em comodato, ao “Ferroviário Atlético Clube”, com sede em Bragança Paulista, imóvel situado nessa localidade. Parecer nº 250, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

40 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 443, de 1999, (Autógrafo nº 25625), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria do Carmo Piunti. Cria o Programa “Adote uma Escola”. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

41 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 526, de 1999, (Autógrafo nº 25105), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Dispõe sobre a criação do Polígrafo Especial Escolar - PES. Parecer nº 1779, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

42 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 556, de 1999, (Autógrafo nº 25081), vetado totalmente, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dispõe sobre as garantias para que os deficientes físicos não sofram restrições quanto a sua livre locomoção e qualidade de vida. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

43 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 565, de 1999, (Autógrafo nº 25626), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Dispõe sobre a Gestão Democrática da Escola Pública Estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

44 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 595, de 1999, (Autógrafo nº 25536), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Dispõe sobre o uso de energia elétrica na irrigação rural. Parecer nº 71, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

45 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 639, de 1999, (Autógrafo nº 24848), vetado totalmente, de autoria do deputado Petterson Prado. Dispõe sobre a instalação de equipamento de emissão automática de notas fiscais nos postos de combustível. Parecer nº 131, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

46 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 664, de 1999, (Autógrafo nº 24540), vetado totalmente, de autoria do deputado Jilmar Tatto. Altera a Lei nº 4595, de 1995,

que dispõe sobre a fiscalização, pela Assembléia Legislativa, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta. Pareceres nºs 449 e 450, de 2000, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Fiscalização e Controle, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

47 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 688, de 1999, (Autógrafo nº 25075), vetado totalmente, de autoria do deputado José Augusto. Obriga as empresas públicas, sociedades de economia mista e as empresas permissionárias ou concessionárias de serviços públicos estaduais a elaborarem Balanço Social. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

48 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0766, de 1999, (Autógrafo nº 25528), vetado totalmente, de autoria do deputado Conte Lopes. Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de biombos, pela polícia, em local onde ocorrer acidentes de trânsito com vítimas. Parecer nº 61, de 2003, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

49 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 770, de 1999, (Autógrafo nº 24543), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Torna obrigatória a gratuidade da passagem e a reserva de três assentos em ônibus intermunicipais a idosos, com mais de 65 anos de idade. Parecer nº 237, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

50 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 790, de 1999, (Autógrafo nº 25059), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Torna obrigatório o ensino das disciplinas Filosofia e Sociologia nos estabelecimentos de ensino médio. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

51 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 796, de 1999, (Autógrafo nº 25145 ), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Flávio. Dispõe sobre a internação de menores infratores. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

52 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 806, de 1999, (Autógrafo nº 25451), vetado totalmente, de autoria do deputado Vanderlei Siraque. Regulamenta o período mínimo de atendimento das agências bancárias e das demais instituições financeiras. Parecer nº 1364, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

53 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 816, de 1999, (Autógrafo nº 25452), vetado totalmente, de autoria do deputado José Zico Prado. Obriga as agroindústrias citricultoras a comprar dos citricultores, no mínimo, 80% da matéria-prima principal utilizada na fabricação de suco de laranja. Parecer nº 1408, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

54 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 855, de 1999, (Autógrafo nº 25460), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Sampaio. Dispõe sobre a inclusão da disciplina “Introdução à Cidadania”, no ensino fundamental das escolas da rede estadual de ensino. Pareceres nºs 1424 e 1425, de 2002, respectivamente de relator especial pela Comissão de Justiça e da Comissão de Educação, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

55 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 872, de 1999, (Autógrafo nº 25106 ), vetado totalmente, de autoria do deputado Conte Lopes. Dispõe sobre a descentralização do Instituto Médico Legal na área de Exame de Toxicologia. Parecer nº 1786, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

56 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 900, de 1999, (Autógrafo nº 25113 ), vetado parcialmente, de autoria do deputado Lobbe Neto. Reconhece oficialmente a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - Libras - como meio de comunicação para deficientes auditivos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

57 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 912, de 1999, (Autógrafo nº 24869), vetado totalmente, de autoria do deputado Jilmar Tatto. Dispõe sobre a divulgação do orçamento e da execução orçamentária do Estado através da “Internet”. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

58 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 917, de 1999, (Autógrafo nº 24854), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Engler. Transforma em estância turística o Município de Brodowski. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

59 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 959, de 1999, (Autógrafo nº 25133 ), vetado parcialmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Institui o Pólo Turístico das Cidades Religiosas. Parecer nº 1145, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

60 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 969, de 1999, (Autógrafo nº 25488), vetado totalmente, de autoria do deputado Dimas Ramalho. Dispõe sobre a vigilância epidemiológica de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais por uso de agrotóxicos. Parecer nº 1484, de 2002, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

61 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1030, de 1999, (Autógrafo nº 25095 ), vetado totalmente, de autoria da deputada Célia Leão. Declara Área de Proteção Ambiental - APA os Distritos de Sosas e Joaquim Egídio, em Campinas. Parecer nº 1780, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

62 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1034, de 1999, (Autógrafo nº 24935), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Gomes. Institui o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão e criando o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

## SUMÁRIO

<b>Resoluções</b> . . . . .	<b>9</b>
<b>Atos</b> . . . . .	<b>9</b>
<b>Ordem do Dia</b> . . . . .	<b>9</b>
<b>Pauta</b> . . . . .	<b>11</b>
<b>Oradores Inscritos</b> . . . . .	<b>11</b>
<b>Expediente</b> . . . . .	<b>11</b>
<b>Comissões</b> . . . . .	<b>17</b>
<b>Debates</b> . . . . .	<b>17</b>
<b>Pronunciamentos de Sessões Anteriores</b> . . . . .	<b>—</b>
<b>Atos Administrativos</b> . . . . .	<b>27</b>

## TRIBUNAL DE CONTAS . . . . . 29

**Este caderno, com 44 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.**